

# A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NA POESIA DE SILVIA JACINTHO E ASTRID CABRAL

Angélica SOARES<sup>1</sup>

- **RESUMO:** Neste ensaio se constrói uma leitura da marginalização social das mulheres, decorrente do exercício opressor do poder patriarcal em poemas memorialísticos de Silvia Jacintho e Astrid Cabral, através de uma perspectiva feminista de questionamento da ideologia de gênero. Para tanto, parte-se de breves reflexões sobre ideologia e sobre a construção do gênero, enquanto organização social da relação entre os sexos, a fim de abordar, criticamente, denúncias da exclusão histórica da mulher em imagens de clausuras, resistências, armadilhas e demolições nas referidas poetisas.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Ideologia. Gênero. Mulher. Patriarcalismo. Poesia brasileira contemporânea.

Na perspectiva de leitura aqui adotada, proponho que, para melhor adentrar as imagens de marginalização social das mulheres que integram a poesia de Silvia Jacintho e Astrid Cabral, iniciemos com uma breve reflexão sobre a natureza e os modos de ação da ideologia e, especificamente da ideologia de gênero.

Em princípio, consideremos que a ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário, constituído pelas condições objetivas de organização social dos indivíduos que compõem a sociedade de classes e, também, que as idéias das classes dominantes, em cada época, transformam-se nas idéias dominantes. Assim, torna-se mais compreensível que a ideologia aja como instrumento de naturalização dessas idéias, universalizando-as.

É importante, com Althusser (1970, p.75), que tenhamos em conta a concepção de ideologia como sistema de representações, que domina o espírito de um indivíduo ou de um grupo social; o que se liga ao pensamento de Freud, para quem “a ideologia é eterna como o inconsciente”.

---

<sup>1</sup> UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras – Departamento de Ciências da Literatura. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-901 – angelica@esquadro.com.br  
Artigo recebido em 19.03.08 e aprovado em 12.05.08.

Do pensamento althusseriano, interessa-nos, com a finalidade crítico-literária de investigarmos nos poemas selecionados as relações sociais entre os sexos, o fato de se ressaltar que a ideologia representa o modo como, pela vivência, isto é, pela apreensão subjetiva, se percebe a sociedade. Esclarece-nos Terry Eagleton (1997, p.30) sobre esse dinamismo:

A ideologia, para Althusser, é uma organização específica de práticas significantes que vão constituir os seres humanos como sujeitos sociais e que produzem as relações vivenciadas mediante as quais sujeitos vinculam-se às relações de produção dominantes em uma sociedade. Enquanto termo, abrange todas as diversas modalidades políticas de tais relações, desde a identificação com o poder dominante até a atitude de oposição a ele.

Importa destacar, também, que, por incluir a afetividade, a ideologia nega-se como puramente racionalista, uma vez que:

[...] refere-se principalmente a nossas relações afetivas inconscientes com o mundo, aos modos pelos quais, de maneira pré-reflexiva, estamos vinculados à realidade social. Trata-se de como essa realidade nos 'atinge' sob a forma de uma experiência aparentemente espontânea, dos modos pelos quais os sujeitos humanos estão o tempo todo *em jogo*, investindo em suas relações com a vida social como parte crucial do que é ser eles mesmos. (EAGLETON, 1997, p.30, grifo autor).

Sobretudo nos interessa, na questão da ideologia, o reconhecimento de que, sendo ela:

[...]um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais, é traçado por divergentes históricas e, mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado. (EAGLETON, 1997, p.15).

Nessa concepção, convém, no entanto, não reduzir simplificadamente a ideologia à linguagem, confundida com o discurso, pois ela não representa uma essência, mas um complexo movimento, no qual o próprio conceito de sociedade não dá conta do campo de contradições e tensões entre grupos e classes sociais em constante reorganização e cujos mecanismos estruturadores resultam de espaços e temporalidades diferentes e simultâneas. Daí a necessidade de se reverem conceitos totalizadores da sociedade, em prol da compreensão dos sujeitos e de suas diferentes relações.

Faz-se necessário, então, estabelecer um distanciamento crítico da tese segundo a qual os objetos são totalmente internos aos discursos que os constituem, pois, apesar das recentes transformações de valores (resultantes de novas realidades como o feminismo, os movimentos étnicos, as reivindicações homossexuais...) a ideologia exige uma representação, por mais problemática que seja essa noção. E isto significa que depende de referentes, algo preexistente a ela e que a constitui em um tipo particular de linguagem.

Por outro lado, sabemos que a ideologia não se refere somente ao sistema de crenças, incorporando também a legitimação do poder; processo que envolve, pelo menos, seis estratégias diferentes:

Um poder dominante pode legitimar-se *promovendo* crenças e valores compatíveis com ele; *naturalizando* e *universalizando* tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; *denegrindo* idéias que possam desafiar-lo; *excluindo* formas rivais de pensamento; mediante talvez alguma lógica não declarada, mas sistemática; e *obscurecendo* a realidade social de modo a favorecê-lo. (EAGLETON, 1997, p.198, grifo do autor).

Essas estratégias se tornam tanto mais compreensíveis quando atentamos, com Mészáros (2004, p.59), para o fato de que:

[...] a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente, quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicado às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida.

Ao reconhecimento das referidas estratégias de legitimação do poder, mantidas sempre pelo controle das instituições, acrescenta-se que há, nos diferentes segmentos sociais, idéias que funcionam como expressão de um contra-poder e que conduzem o poder a uma constante reconfiguração, da qual os mecanismos de absorção e cooptação são fundamentais. Essas idéias, embora não possuam força para derrotá-lo, resistem a ele, suficientemente, para desestabilizá-lo ou para fornecer alternativas que não se enfileiram aos padrões estabelecidos.

Objetivando relacionar gênero e ideologia, Teresa De Lauretis parte da afirmação de Althusser (1970, p.94) segundo a qual: “[...] toda ideologia tem por função (que a define) ‘constituir’ os indivíduos concretos em sujeitos”. E propõe que:

Se substituirmos a palavra ideologia pela palavra gênero, a afirmação ainda funciona, com uma leve mudança de termos: o gênero tem a função (que o define) de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres. É exatamente nessa mudança que a relação entre gênero e ideologia pode ser vista, e vista como um efeito da ideologia de gênero. (DE LAURETIS, 1994, p.213).

Após analisar diferentes proposições de conexão entre a compreensão da ideologia e do sistema social de sexo-gênero, De Lauretis se propõe a ampliar proposta de Joan Kelly, de 1979, em *The doubled vision of feminist theory*. E começa por lembrar que, pelo argumento de Kelly segundo o qual:

[...] o conceito fundamental do feminismo de que o pessoal é político [...] não mais podemos afirmar que existam duas esferas da realidade social: a esfera privada ou doméstica, da família, sexualidade e afetividade, e a esfera pública do trabalho e da produtividade [...] Em vez disso, poderíamos imaginar vários conjuntos inter-relacionados de relações sociais – relações de trabalho, classe, raça e sexo-gênero. (DE LAURETIS, 1994, p.215)

Assim, vemos que a ordem sexual e a econômica operam juntas e a posição atribuída à mulher não é um espaço isolado, mas uma posição na existência social em geral; e que, sendo o sistema de sexo-gênero “[...] um conjunto de relações sociais que se mantém por meio da existência social” pode-se concluir que “[...] o gênero é efetivamente uma instância primária de ideologia, e obviamente não só para as mulheres” (DE LAURETIS, 1994, p.216).

Outrossim, De Lauretis recolhe, das propostas althusserianas, a afirmação de que a ideologia precisa de um sujeito, um indivíduo ou pessoa concreta sobre quem agir; o que torna mais clara a intenção de teorizar o gênero como “força pessoal política tanto negativa quanto positiva” (DE LAURETIS, 1994, p.216). E, enfatizando a necessidade de se pensar não só o diferente de Mulher (o que cairia no essencialismo) mas o “[...] diferente de mulheres, seres reais, históricos e sujeitos sociais que são definidos pela tecnologia do gênero e efetivamente ‘engendrados’ nas relações sociais” (DE LAURETIS, 1994, p.217) remete para as tensões e o constante deslize entre essas duas posições, que sustentam uma contradição entre o que seria uma concepção imaginária de mulher e aquilo que realmente são as mulheres, enquanto “[...] sujeitos históricos governados por relações sociais reais que incluem predominantemente o gênero.” (DE LAURETIS, 1994, p.218).

Ao denunciar as tecnologias do gênero e os discursos institucionais, como responsáveis pelo controle do campo do significado social, produzindo, promovendo e implantando representações de gênero, Teresa De Lauretis parece-nos abrir o

espaço para se tornar a categoria de gênero (incluindo a sua desconstrução) uma categoria crítica fundamental para a investigação de textos literários, trazendo, aos enfoques críticos feministas, caminhos de apreensão e compreensão de recriações de mulheres oprimidas, de diferentes maneiras, no contexto patriarcal. A propósito do patriarcalismo, não é demais lembrar, com Manuel Castells, que ele se caracteriza:

[...] pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. (CASTELLS, 2001, p.169).

Feitas essas observações preliminares, busquemos, na produção das referidas poetisas, imagens de denúncia e de resistência ao essencialismo e de intervenção nas idéias dominantes. Nela veremos como se denuncia e se critica, enfim, como se enfrenta o poder patriarcal, sustentador da ideologia de gênero, que vem, historicamente, naturalizando a subserviência da mulher, através de uma biologização do gênero. Concordamos com Teresa De Lauretis que, em direção contrária, o gênero tem que ser entendido como representação ideológica, para que emerjam os mecanismos recalcados de sua construção cultural.

Como nosso trabalho de investigação se voltará para poemas memorialísticos, lembremos antes, com Marilena Chauí (1987, p.xxx), que:

[...] o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique.

No discurso poemático brasileiro de autoria feminina, constantemente se encontra essa individualização da memória comunitária, através de recursos estilísticos que promovem, literariamente, o questionamento da tradição patriarcal. A marcação pessoal dos fatos por uma *persona* poética vai-se misturando com a estilização de pessoas e situações, daí resultando a crítica da própria ideologia. E o que significa vai além da memória individual, resgatando-se sempre elementos e tecnologias que estruturam o sistema social, na reconstrução de um passado, com imagens e idéias, que contêm a memória coletiva.

Acrescente-se a isso que a concepção do sujeito “[...] não o restringe à afirmação da consciência de si, mas o abre às dimensões involuntárias, diria Proust,

inconscientes, diria Freud, da vida psíquica, em particular da vida da lembrança” (GAGNEBIN, 1994, p.84-85), que guardam em si as marcas da diferenciação de gênero, classe, etnia etc.

Dessa forma, melhor podemos compreender o jogo entre o individual e o social, pelo qual se constrói a memória poética, que permite à mulher, ao inscrever-se como sujeito do discurso, ultrapassar um centramento individualista em uma questão de ordem pessoal e desconstruir valores já cristalizados no *socius*.

## Lições jacinthianas de clausuras e resistências

*O livro da intuição*, de Silvia Jacintho (2001), também reúne alguns poemas que poderiam ser lidos pela ótica do questionamento da ideologia de gênero. Em “Aguilhoamento”, desvenda-se na cena poética um sentido outro do tradicional adorno feminino – o colar de pérolas:

Contas, elos, pérola,  
colar da traição  
que adorna meu colo, diz:  
— Com quantas facas-lâminas  
cravo o dorso da história  
que retém o fluxo  
constrange – o ser – da mulher?  
(JACINTHO, 2001, p.49).

Tida na tradição ocidental, desde os gregos, como “emblema do amor e do casamento” (CHEVALIER; GUEERBRANT, 1990, p.711), a “pérola” se inscreve nos versos como símbolo da “traição” e do aprisionamento. E, nas “contas”, se contam com quantos golpes se deseja atingir “o dorso da história” que sustenta as estratégias constringedoras das ações das mulheres. O desejo de libertação reprimido se expande, metaforicamente, na transformação das pérolas em “facas-lâminas” a cortarem os “elos” ideológicos androcêntricos, fingidamente perolados.

No poema que se segue, a consciência da opressão histórica feminina se visualiza na imagem da “Clausura” que o intitula. E a atuação amordaçante do “fio invisível” patriarcal se denuncia explicitamente:

Há seis mil anos, nesta clausura,  
sob os arcos e a abóbada mística,  
contemplativa, observo a água  
passar com o rio como passam os dias

sem – intervir – em meu próprio curso,  
algemada por um fio invisível  
(o patriarcalismo) que me ignora  
e sempre mais amordaçada, morta  
decompondo-me, embora corra  
em mim um sangue palpitante – vivo.  
(JACINTHO, 2001, p.50).

Alicerçadas no imaginário religioso, reclusão e morte se figurizam como um fluir incessante e impiedoso do tempo, contra o qual à mulher, em atendimento compulsório ao “patriarcalismo”, só caberia contemplar, como em uma experiência “mística”, sob “os arcos e a abóbada” dos claustros sólidos e milenares.

Pelo símile com a “água” que corre, mantendo o curso do rio e o percurso, previamente traçado para a mulher, destinada às margens das decisões, intensifica-se o sentido de sua decomposição física e mental, uma vez que indicia uma existência líquida.

As referências finais do poema, no entanto, parecem querer lembrar que, por dentro desse modo inconsistente de ser, a que se vê impelida, comumente, a mulher, há sempre a possibilidade de revigoramento. Assim, embora se reconheça, imageticamente, a “clausura” que garante a condição feminina de passividade, se acena com uma força latente de transformação.

Esse desejo das mulheres de reagir às imposições ideológicas do gênero se declara em “A força de resistir” que, situada na parte mais íntima do ser, pode emergir a qualquer momento:

Há tanto tempo estou aqui  
prisioneira das cinzas  
há tantos séculos temperando  
a vida nas cozinhas,  
mas resistir está no âmago  
vou sair do limite (escrevo  
uma nova história)  
vou atrás das conquistas  
– eu quero Ser.  
(JACINTHO, 2001, p.58).

A reconstrução poética da vontade feminina de resistência, através de um sujeito que se reconhece “prisioneira das cinzas”, metonimicamente faz referência à limitação imposta às mulheres, por tecnologias do gênero, ao espaço privado, ideologicamente instituído em oposição ao espaço público, como decorrência da

supremacia social da atuação masculina, que submete a reprodução à produção, tendo como respaldo a divisão sexual do trabalho.

A decisão (que implica sempre uma cisão, um corte, um desligamento) de “sair do limite”, de escrever “uma nova história”, de conquistar outros espaços abala a dicotomia privado X público; o que leva a questionar outras oposições próprias da ideologia patriarcal: “[...] emoção X razão, trabalho remunerado X trabalho gratuito, mulher reprodutora X homem produtor, mulher passiva X homem ativo”, conforme nos lembra Heleieth Saffioti (1988, p.174-175).

A consciência de que é a vida que se tempera nas cozinhas, confinada a uma área fechada, reduzida e pouco ou nada valorizada, área na qual se estreitam “há tantos séculos”, os horizontes de desenvolvimento das potencialidades construtivas da mulher, faz emergir o desejo maior, e por isso grafado em maiúsculas no poema: “– eu quero Ser”.

A ultrapassagem, sempre possível, mobilizada pelo mais profundo desejo feminino, que é o da resistência, no discurso jacinthiano, desnuda a força da ideologia de gênero, que sustenta, ainda hoje, a separação entre a esfera da afetividade (doméstica) e a esfera da produtividade (pública) – dualismo no qual também se apóia a submissão das mulheres aos homens.

Em “A mulher e seu fóssil”, Jacintho explicita, num primeiro movimento do poema, o sentido histórico da dominação masculina:

Os homens escrevem a história  
colocam-me na cozinha  
qual fóssil impressa nos fornos  
espinha dorsal (peixe) da casa.  
Passei uma eternidade assim  
– excluída, à margem  
e cumpri meu destino,  
agora fêmea de ti, Amado  
pastando o segredo do infinito  
ávida devoro a vida  
porque eu Sou: profundamente.  
(JACINTHO, 2001, p.59).

Os versos iniciais afirmam, através do depoimento poético de uma mulher que se sente fossilizada, o que Bourdieu comprova com resultados de pesquisas sociológicas de campo:

As estruturas de dominação [...] são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos

(entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado. (BOURDIEU, 2005, p. 46).

A exclusão e a marginalização sociais de mulheres acabam por ser aceitas por elas, uma vez que não têm alternativa numa sociedade machista. Assim é que “[...] a aceitação da violência derivaria da ordem patriarcal de gênero, da primazia masculina”(SAFFIOTI, 2002).

O retorno mnemônico do cumprimento do destino de gênero pela mulher recriada jacinthianamente conduz, num segundo movimento poemático, a uma tempo presente de afirmação de sua identidade, alcançada pela força impulsionante do desejo. Dando vazão à sua dimensão animal (“fêmea”, “pastando”) reprimida por “práticas reguladoras que governam o gênero” (BUTLER, 2003, p.38) a mulher liberta-se do seu “fóssil” e pode reconhecer-se “profundamente”. A inércia que lhe fora imposta (primeiro ao sétimo verso) substitui-se, então, por atividade “ávida” de proporções ilimitadas, a desmascarar a submissão tida pela concepção essencialista de gênero como natural – submissão reconstruída lírico-narrativamente na primeira seqüência de imagens do poema.

Sílvia Jacintho expressa alguns modos de se atingirem, poeticamente, níveis de eficácia contra-ideológica, ao contrapor a ideologia à crítica da ideologia, bem como à consciência de dominados a respeito da realidade da dominação.

## **Armadilhas e demolições astridianas**

A divisão social do trabalho, com atividades distintas para cada um dos dois sexos, intrinsecamente ligada a uma divisão interna dos sujeitos, talvez nos ajude a apreender a situação de muitas mulheres, recriada por Astrid Cabral (1998) no poema intitulado “Divisão”, cujas imagens põem em tensão a realidade da ancestral e forçada domesticação feminina e o desejo de transcendê-la. E porque ancestral, o presente do sujeito do discurso poderia ser, na realidade extratextual, o presentificado de sujeitos reais, que se vem repetindo geracionalmente:

Lavo panos e panelas  
o olhar buscando estrelas  
Quero a água  
que não vem da torneira  
Quero o fogo  
que não vem do fogão  
(CABRAL, 1998, p. 18).

Pela lógica da ordem patriarcal de gênero, os “panos” estão para a “água” e as “panelas” para o “fogo” – adequação que desconhece e por isso desconsidera a possibilidade de se experienciarem a “água” e o “fogo” pelas vias do sonho e da vontade de mudança. E é por elas que Astrid Cabral nos conduz. Na “água” talvez se almeje “restabelecer o ser num estado novo” (CHEVALIER; GUEERBRANT, 1990, p.18), um estado não represado e encontrado fora dos condutos construídos. No “fogo” estaria o desejo de ultrapassagem dos limites, no exercício da paixão? Esta é uma das perguntas que suscitam as associações figuradas astridianas, pois elas, longe de serem apenas retóricas, fazem parte da vida.

O “olhar buscando estrelas”, conduzindo ao espaço sideral, permite pensar, com Marilena Chauí, na origem da palavra desejo (do verbo *desidero*, do qual deriva-se o substantivo *sidus*, cujo plural é *sidera*: um conjunto de estrelas). *Sidera* se relaciona à influência dos astros sobre o destino, gerando *considerare* e *desiderare*. Enquanto o primeiro designa “consultar o alto para nele encontrar o sentido e guia seguro de nossas vidas” (CHAUÍ, 1999, p.22), o segundo remete a um cessar de olhar para o alto. Assim sendo, ao desejar, somos tomados por uma vontade de decidir o próprio destino, afastando-nos das certezas de um futuro já escrito nas estrelas. Sonhar e querer transformar o estado de reclusão e submissão a que se reduz o chamado mundo feminino, são ações pelas quais, na poética astridiana se enfrentaria o “projeto de dominação – exploração da categoria social *homens*” (SAFFIOTI, 2002).

O que se mostra, ainda sob a forma do desejo, no poema focalizado, em “Demolição” se explicita como ato consumado: a decadência do patriarcado por ação demolidora do que se situa “Intramuros” (palavra que nomeia a primeira parte do livro, assim também intitulado). Senão vejamos:

Desmorono o império doméstico  
trono onde se acasalam as coisas  
sacralizadas em hieráticos nichos  
(CABRAL, 1998, p. 21).

Na brevidade do texto, enfatiza-se o sentido demolidor da palavra poética. No desmoronamento ininterrupto da língua, pela eliminação das vírgulas indicadoras de pausas gramaticalmente obrigatórias e pela construção aliterada, intensifica-se o caráter contundente da “demolição” das aparências de sacralização da casa, enquanto espaço onde a mulher é levada a crer, por um processo de dominação simbólica, que reina absoluta. E notemos, com Pierre Bourdieu, que a própria dominação constitui, por si só, violência, uma vez que:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando

ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado / baixo, masculino / feminino, branco / negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BOURDIEU, 2005, p.47).

No poema, a ação presente da “demolição” presentifica as lembranças das “coisas sacralizadas” historicamente e, por isso, tornadas intocáveis por mecanismos sociais repressivos.

Lembra-nos Heleieth Saffioti que, contrariamente à suposição de que a própria mulher vem sendo responsável pela ordem patriarcal de gênero e por seus resultados, “[...] ao longo da história da humanidade, as mulheres têm oferecido muita resistência ao domínio masculino desde sua implantação, há cerca de 7.000-6.500 anos (Johnson, 1997) ou, em outro sistema de datação, a 5.100-2.500 anos (Lerner, 1986)” (SAFFIOTI, 2002).

A idéia de unir mulher e confinamento doméstico, num complexo imagístico lírico, parece-me ter levado Astrid Cabral a associar, em “Jogo de casa”, fônica, semântica e até opticamente, a imagem “Sob telhas” ao que é destinado a esse espaço: mulheres, afazeres domésticos, opressão, morte. Assim, ecos e assonâncias reincidem através de rimas e aliterações, que sustentam todo o poema, em referências que vêm abaixo da expressão “Sob telhas”, repetida sempre como verso inicial de cada estrofe, em um paralelismo exaustivo:

Sob telhas

centelhas fagulhas borralho  
olhos d'água água na talha

Sob telhas

galhos alhos coalhos  
molhos repolhos toalhas

Sob telhas

agulhas retalhos  
malhas fitilhos ilhoses

Sob telhas

rodilhas presilhas  
palmilhas sapatilhas

Sob telhas

mulheres abelhas  
colheres talheres

Sob telhas  
parelhas filhos filhas  
espelhos ilhas

Sob telhas  
armadilhas navalhas  
batalhas partilhas mortalthas  
(CABRAL, 1998, p.5).

Cozinhar, costurar, criar os filhos põem “mulheres” obrigatoriamente no interior da casa. Estar abaixo dos telhados é também estar abaixo de um chefe de família e cabeça do casal – expressões que indiciam os que mandam e os que pensam, detentores que são do poder e da razão e que dão aos homens o lugar para além das telhas. “Sob telhas”, na linguagem palatalizada desenha-se, paulatinamente, o desembocar das “mulheres” em mortes e “mortalthas”.

Jogam-se, no “Jogo de casa”, as “batalhas” das “armadilhas” que são, não raramente, os casamentos para as mulheres que, subjugadas, mantêm as “parelhas”, com fidelidade controlada por tecnologias sociais, acreditando a cada linhagem que “ruim com ele, pior sem ele” – dito popular que alicerça, ainda, a ideologia masculinista.

Astrid Cabral (1998) joga com a explicitude espaço-musical, reinventando, poematicamente, a denúncia da ordenação, sempre igual, da matriz dominante de gênero, à qual se filia o contrato de matrimônio, amparado na moral judaico-cristã. De acordo com versões correntes da Bíblia, lê-se no Gênesis, como castigo divino dirigido à mulher “[...] teus desejos te impelirão para o teu marido e tu estarás sob o seu domínio” (BÍBLIA, Gênesis, 3, 16).

Com relação à situação até hoje atestada de subjugo de mulheres, é bastante elucidativa a seguinte observação de Heleieth Saffioti (2002):

Se é verdade que a ordem patriarcal de gênero não opera sozinha, é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual tem lugar a violência de gênero, a argamassa que edifica desigualdades várias, inclusive entre homens e mulheres.

Sutilmente, o discurso astridiano traz a marca da violência contra mulheres na referência a “navalhas”. É ainda Saffioti quem nos ajuda a avançar na compreensão da violência de gênero, ao pontuar:

Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social *homens* exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência. (SAFFIOTI, 2002).

Embora algumas mulheres pratiquem violência física contra seus maridos / companheiros / namorados, “[...] as mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença” (SAFFIOTI, 2002). Atente-se, ainda, com a referida socióloga, para o fato de que o patriarca, sendo todo poderoso, pode contar com inúmeros auxiliares para implementar e defender, diariamente, a ordem de gênero, que garante os seus privilégios.

Acrescente-se a essas observações, que bem dialogam os poemas selecionados, que nos países industrializados, apesar de muitas mulheres se considerarem em igualdade de direitos com os homens, podendo, por isso, controlar seus corpos e suas vidas, isto não significa que:

[...] os problemas referentes à discriminação, opressão e abuso das mulheres e de seus filhos tenham sido eliminados ou que sua intensidade tenha sido significativamente reduzida. Na verdade, embora a discriminação legal tenha, de certo modo, diminuído e a tendência seja que o mercado de trabalho venha a se equalizar à medida que o nível de educação da mulher aumenta, a violência interpessoal e o abuso psicológico têm-se expandido, justamente em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda de poder. (CASTELLS, 2001, p.170-171).

SOARES, Angélica. The Marginalization of Women in the Poetry of Silvia Jacintho and Astrid Cabral. **Revista de Letras**, São Paulo, v.48, n.1, p.37-51, 2008.

- **ABSTRACT:** *This essay proposes a reading of women’s social marginalization by the oppressiveness of the patriarchal power in Silvia Jacintho’s and Astrid Cabral’s memorialist poems, through a feminist perspective of questioning the genre ideology. The starting point for this reading is a brief reflection on ideology and genre construction, as well as the social organization in the relation between the sexes. Denouncements of women historical exclusion in images of confinement, resistance, traps, and demolitions in the referred poets will be literarily approached.*
- **KEYWORDS:** *Ideology. Genre. Woman. Patriarchalism. Brazilian contemporary poetry.*

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3.ed. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1970.

BÍBLIA, A. T. Gênesis. In: BÍBLIA Sagrada, 36.ed. Tradução dos originais mediante a versão dos monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. São Paulo: Ave Maria, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTLER, Judith. Sujeitos de sexo / gênero / desejo. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.15-48.

CABRAL, Astrid.. **Intramuros**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: \_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. 3.ed. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: PAZ & TERRA, 2001.v.2, p.169-285.

CHAUÍ, Marilena. Laços do desejo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O desejo**. São Paulo: Companhia da Letras, 1999. p.19-66.

\_\_\_\_\_. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2.ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed.USP, 1987. p.xvii-xxxii.

CHEVALLIER, Jean; GUEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Tradução de Vera da Costa e Silva et al. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. Tradução de Susana B. Funck. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.206-242.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Tradução de Silvana Vieira e Luis Carlos Borges. São Paulo: Ed.UNESP: Boitempo, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1994. (Coleção Estudos, 142).

JACINTHO, Sílvia. **O livro da intuição**. São Paulo: Barcarola, 2001.

MÉSZÁROS, István. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004. p.57-117.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Labrys Estudos Feministas**, n.1/2, jul./dez. 2002. Disponível em: [www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/heleieth1.html](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/heleieth1.html). Acesso em: 10 fev. 2008.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, Nanci Valladares (Org.). **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, 1988. p.143-178.